

O Trabalho

A EMANCIPAÇÃO DOS TRABALHADORES SERÁ OBRA DOS PRÓPRIOS TRABALHADORES

editorial

Ler-se-á nestas páginas o significado das ameaças tremendas que se adensam todos os dias contra os trabalhadores, em Portugal e no mundo.

Em Maio, o FMI manda atacar as pensões. E acrescenta que o governo Costa concorda.

Em Junho, António Costa anuncia que quer aumentar os salários 20% nos próximos anos.

Em Julho sabe-se que os lucros do grande capital aumentaram em centenas de por cento no 1º semestre. e que os salários baixam sem parar, esmagados pela inflação crescente, pela política orçamental do governo e pela mantida legislação laboral da troika.

Em fins de Julho o Banco Central Europeu cria um novo instrumento "antifragmentação do euro", que retira todo o vestígio de soberania aos países a que se aplicar - potencialmente todos, diz Lagarde, a presidente do Banco Central Europeu.

Aumentam, do mesmo passo, os índices de mentira e descaramento com que o governo e a imprensa, propriedade do grande capital, se dirigem ao país.

"Aumentar salários" significa, assim, aumentar lucros e baixar salários.

"Melhorar a sustentabilidade" significa: baixar as pensões e esmagar os mais frágeis.

"Defender a paz" significa expandir a NATO, multiplicar os orçamentos de guerra, pôr ao rubro a corrida aos armamentos, preparar a agressão à China, pintar como democratas os oligarcas ucranianos e os seus bandos nazis na guerra que travam, em nome e por conta da NATO, contra os exércitos e os bandos de Putin. Guerra que é, dos dois lados, contra os povos ucraniano e russo.

Nesta clima de guerra e opressão crescente, os trabalhadores, portugueses e de todo o mundo, só podem contar com as suas próprias forças. Têm de agrupar-se e unir-se com e nas suas organizações, sindicatos, comissões de trabalhadores. Reforçar os seus instrumentos de luta. Criar a sua própria imprensa, que diga a verdade. Restabelecer os laços de solidariedade internacional organizada com os trabalhadores de todos os países, igualmente atacados. Constituir a única força mais forte e mais invencível do que a de todos exércitos do capital: a força da sua unidade e organização.

Essa é a tarefa diante de todos. Por ela, nós, d'O Trabalho, estaremos presentes na Conferência Mundial contra a guerra e a exploração, pela Internacional Operária, em Paris, no último fim de semana de Outubro.

O "aumento de salários" prometido por António Costa afinal é aumento dos lucros e baixa dos salários

4 de Junho – António Costa anuncia, para grande bruaá, "visar" um aumento do salário médio nos próximos quatro anos de 20%. Lembre-se que, para 2022, à laia de intróito, concedera à função pública um aumento de 0,9%.

A inflação oficial, pelo seu lado, já vai algures entre 6 e 10%. Mas isso é a oficial.

Para quem trabalha, está em 11,6%, segundo calculou a Deco para um cabaz de bens essenciais.

Para que o salário médio consiga subir 20% em termos reais em 4 anos, irá agora ter de aumentar já não 20%, mas 36% em três anos – e isso era se a inflação desaparecesse já para o ano.

Princípio de Julho – Ninguém melhor, para resolver o mistério de um "objectivo" de grande aumento dos salários que se visa começando por baixá-los, do que António Costa Silva, mister "bazuca" e agora ministro da economia do governo Costa. Em entrevista ao programa *Conversa Capital* (antena 1 e negócios), o ministro concordou com Costa: era bestial que os salários aumentassem. Mas acrescentou logo que "nós não podemos exigir às empresas aquilo que elas não podem pagar".

Como fazer para as empresas poderem pagar? Costa Silva sugere, prestimoso, baixar-lhes os impostos (na pomposa e mendaz linguagem oficial: "libertá-las de alguns constrangimentos de ordem fiscal"). Ora, até Costa Silva sabe que quando se baixam os impostos às empresas, os seus

lucros líquidos aumentam mecanicamente.

Parece que o mistério fica assim resolvido: quando A. Costa anunciou o "objectivo" de o salário médio subir 20% (e o peso dos salários no PIB subir, em relação aos lucros, três pontos), o que tinha em vista era aumentar os lucros das empresas e, portanto, o peso dos lucros no PIB...

Poderá a prática comprovar a hipótese de o anúncio de Costa ser um embuste de todo o tamanho? Pode!

Fim de Julho – numerosas grandes empresas anunciam os seus resultados do primeiro semestre de 2022. Nas energéticas, a GALP (que fecha centrais e refinarias), lucro líquido de 420 milhões, aumento de 153%. EDP renováveis, 265 milhões, mais 87%; as espanholas presentes em Portugal: Repsol, 2.539 milhões (mais 105%), Iberdrola, 2.075 milhões (mais 35,5%).

Bancos: BCP, 500% de aumento, 174,5 milhões na actividade em Portugal; Santander Totta, 241 milhões, 200% de aumento. Grandes grupos económicos: Jerónimo Martins, 261 milhões (mais 40%), Navigator, 162 milhões (mais 151,3%).

Os relatórios das empresas sublinham, em geral, a "contribuição" dos aumentos de preços e os efeitos da guerra na Ucrânia para os bons resultados alcançados.

Entretanto, o governo do aumentador de salários de Costa fala de libertar as empresas de "constrangimentos de ordem fiscal". Tributar os super-lucros extraordinários? Não! Reduzir a carga fiscal ao capital.

política

O FMI manda atacar as pensões; o governo concorda

Junho – O FMI escreve no seu relatório sobre Portugal de 2022 que o país tem dos sistemas de pensões mais generosos da Europa(!) e que isso tem de acabar, para garantir a sua “sustentabilidade”: aumentar a idade de aposentação, mudar a “fórmula de cálculo” e eliminar “excepções”, por exemplo para o desgaste rápido. Escreve o Fundo que, nas consultas mantidas, o governo português se mostrou de acordo com o Fundo, reconhecendo que são precisos “mais esforços” nos próximos anos.

As consultas para o relatório do FMI duraram de Novembro a Maio. Em finais de Abril, a ministra da segurança social anunciou pontualmente no Parlamento que se ia criar uma comissão para estudar medidas para a “sustentabilidade” da segurança social.

Mais “esforços”. Escusado perguntar quem os vai fazer.



Instrumento antifragmentação do Banco Central Europeu: o fim definitivo da soberania

Fim de Julho – O Banco Central Europeu (BCE) anuncia, pela voz da sr^a Lagarde, um novo mecanismo dito “antifragmentação” do euro.

O problema é o seguinte: face à crise capitalista que se agrava, com a inflação dos preços e o estrangulamento do “crescimento”, interessa conseguir que as taxas de juro exigidas pelos especuladores para comprarem dívida pública dos países mais endividados não se afastem demasiado da taxa de juro da dívida alemã, para não asfixiar completamente as economias do “Sul” da Europa e fazer explodir o euro.

Com este novo “mecanismo”, o BCE passará ele próprio a comprar dívida dos países em risco de “fragmentação” – como fez para todos os países da UE durante a pandemia, para evitar o colapso financeiro geral.

A novidade é que tais intervenções do BCE vão estar sujeitas a critérios estritos. Explicou-os Lagarde com brutal clareza. Merecem leitura atenta. Têm um significado profundo, completamente ignorado pela imprensa ao serviço do capital.

O primeiro critério é o país em causa não estar sob procedimento por défice excessivo segundo os critérios de Maastricht, nem estar a falhar, na avaliação da UE, nas acções recomendadas pela UE.

O segundo critério é o Conselho da UE não considerar que o país não está a tomar as acções necessárias para corrigir a situação.

O terceiro critério é a análise feita

pela Comissão, pelo FMI, o Mecanismo de Estabilidade Europeu e o próprio BCE da sustentabilidade da dívida do país.

O quarto e último critério é que a UE ache que o país está cumprir os compromissos que assumiu para receber os fundos do PRR.

E há um quinto critério, que Lagarde explica assim, segundo o Público: “mesmo estando estes critérios definidos, Christine Lagarde salientou que o conselho de governadores vai decidir se pode ou não comprar a dívida de um país, “na sua discricção, com base nos critérios de elegibilidade”.

O Banco Central Europeu decidirá, em última análise, como bem entender.

Qual é o significado de tudo isto? Afinal de contas, já hoje os governos dos países da UE, que, coitados, sempre têm de se sujeitar a eleições periódicas, pouco têm a dizer na condução da política nacional.

As políticas monetária, cambial e aduaneira residem, desde o mercado único e o euro, em instituições não eleitas, em Franqueforte e Bruxelas.

Os orçamentos e políticas financeiras regem-se pelos critérios de Maastricht.

O mandamento fundamental de política, a concorrência sem entraves entre capitalistas, está estabelecido nos tratados.

A direcção geral da concorrência da Comissão autoriza ou não ajudas de Estado às empresas, incluindo às do próprio Estado (ninguém se esquece do que se está a passar na TAP), e multa quem se porte mal.

Que diferença fazem então os critérios antifragmentação da sr^a Lagarde?

Isto: os governos nacionais

passam a reportar directa e exclusivamente ao Banco Central Europeu

O novo instrumento destina-se a “salvar” os países cuja dívida pública elevada seja alvo da especulação dos mercados financeiros (destina-se, na realidade, a salvar o euro). Se os mercados decidirem “atacar” esses países, as taxas de juro da sua dívida subirão em flecha, reduzindo ainda mais a margem dos governos para disporem do orçamento.

Ora os critérios do instrumento antifragmentação vêm obrigar esses países (que estarão já de si entre a espada e a parede) a entregarem ao Banco Central a condução das suas políticas ao pormenor.

Não é só o país ter um orçamento que obedeça aos critérios de Maastricht. É Bruxelas achar que o governo está a executar à risca as recomendações da UE, sem falhar em nenhuma.

Não é só o país ter um PRR aprovado por Bruxelas. É Bruxelas achar que o país está a cumprir à risca os “compromissos” que assumiu no PRR.

Não é só o governo esforçar-se por aplicar diligentemente o que Bruxelas manda; é Bruxelas achar que o governo está a fazer bem o que lhe mandaram.

Um critério que se procura em vão no instrumento antifragmentação é o de o parlamento eleito pelo povo achar que o governo está a fazer aquilo para que o povo o elegeu.

Esta ausência poderá parecer estranha ao trabalhador convencido de que, apesar de tudo, sempre vive num regime democrático.

Porém, esse critério não está lá, porque, com este instrumento, os governos dos países afectados deixam definitivamente de responder perante os parlamentos e os eleitorados nacionais; passam a reportar directa e exclusivamente ao Banco Central Europeu, à Comissão Europeia e ao Conselho Europeu.

Soberania, democracia, ou o que delas resta? Arderam.

situação laboral

TRABALHO DIGNO
OU UM FUTURO DE PRECARIEDADE ?

José Casimiro

1 O governo PS apresentou a Agenda do Trabalho Digno (Proposta de Lei n.º 15/XV). Ora, para os trabalhadores, só será digno o trabalho, e a agenda do trabalho, que responder às necessidades mais elementares dos trabalhadores no plano laboral e existencial: combatendo, por conseguinte, a precariedade e o desemprego e invertendo a actual relação de forças na luta de classes a favor do trabalho.

2 Vivemos dias de constrangimentos e incertezas. Há uma guerra no seio da Europa, iniciada pela invasão da Ucrânia pelos exércitos de Putin. Este conflito acentua todas as formas de exploração e opressão. Assistimos à política do medo e do controlo social, à subjugação quase colonial da Europa pelos Estados Unidos e pela NATO, que afirmam uma «nova ordem mundial» gerando uma polarização social sem precedentes.

3 O sistema capitalista vem juntando crise à crise, que se generaliza: é o aumento geral de preços, a estagflação, a interrupção das cadeias mundiais de distribuição, a interrupção de canais de distribuição da energia, a falta de cereais para a alimentação de milhões de seres humanos, fazendo antever a fome...

Estaremos, além disso, a caminhar para uma recessão marcada por uma crise da dívida (pública e privada) grave e estagflacionária.

4 Está lançada uma autêntica «guerra social» contra os trabalhadores e os povos, com a escalada especulativa de preços dos bens de primeira necessidade e do custo de vida em geral, a inflação galopante, o esmagamento dos salários, a individualização e desregulação das relações laborais e uma enorme precariedade. Ao mesmo tempo, o governo do PS recusa-se a tributar os lucros excessivos das empresas e das multinacionais e a usar o excesso de receita fiscal que acumulou (pelo menos 3 mil milhões de €) para enfrentar este ciclo inflacionista, decretando, nomeadamente, o controlo e o congelamento do preço dos produtos energéticos e dos bens alimentares e de primeira necessidade.

Esta guerra social serve para operar mais uma enorme transferência do trabalho para o capital, acentuando ainda mais as desigualdades sociais, laborais e de género.

Agenda do trabalho digno, então, o que é,

5 quando as empresas recorrem crescentemente a estratégias de reestruturação e a formas de externalização e outsourcing — banca, telecomunicações, energia, entre outras — que privam muitos trabalhadores da protecção das convenções colectivas, reduzindo direitos, salários e até estendendo (muitas vezes sem remuneração) as jornadas de trabalho, procedem a despedimentos, agravam os níveis de precariedade, degradando substancialmente as condições de trabalho.

6 quando, em nome da “transição justa” no campo do ambiental, energético e digital, alguns milhares de trabalhadores vêem os seus postos de trabalho postos em causa em muitas empresas e sectores, como nos sectores energético, automóvel, do vidro ou da cerâmica — beneficiando as multinacionais, as grandes empresas e a finança das “ajudas” do Estado e do designado Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

7 quando já não são apenas os mais jovens a verem o seu futuro adiado, é uma questão transversal a todos os mais trabalhadores. O número de trabalhadores em situação de pobreza atingiu mais de meio milhão que, mesmo trabalhando, não conseguem obter para si e para a sua família um rendimento superior a 554€ mensais. Temos 40% dos jovens — a “geração mais qualificada de sempre” — a receber cerca de 627€ de rendimentos mensais e 2,7 milhões de trabalhadores a auferirem uma remuneração base inferior a 1000€.

8 quando cerca de 70% do emprego “criado” é precário, vivendo os trabalhadores em permanente instabilidade e informalidade e recebendo em média menos 40% do que um trabalhador com vínculo efectivo.

9 O trabalho só será digno se os direitos dos trabalhadores e as suas condições laborais e salariais forem verdadeiramente respeitados; se os direitos de laboralidade, individuais e colectivos, de todos os trabalhadores das plataformas digitais (contrato de trabalho) forem integralmente respeitados; se todas as «transições justas», ambientais, energéticas ou digitais não servirem para precarizar ainda mais o trabalho no futuro.



10 Agenda de “trabalho digno” seria, portanto, a que interrompesse o caminho de cedência em cedência do governo PS aos interesses do patronato (como recentemente aconteceu com os lóbis das multinacionais das plataformas).

Seria:

- o direito ao tratamento mais favorável e os direitos plenos de laboralidade, individuais e colectivos, para todos os trabalhadores das plataformas digitais;
- seria respeitar o direito à negociação e contratação coletiva, eliminando a caducidade das convenções colectivas;
- seria reduzir o tempo de trabalho para as 35h/semanais sem perda de remuneração;
- seria revogar os “critérios” dos despedimentos individuais e colectivos e retomar a compensação por despedimento com 30 dias de retribuição;
- seria revogar a duração do período experimental de 180 dias para os trabalhadores à procura do primeiro emprego e desempregados de longa duração;
- e seria limitar fortemente as actividades abrangidas pelo regime de turnos e de laboração contínua e o trabalho noturno.

11 Ora, a única medida nova da agenda proposta pelo governo é a que, parecendo melhorar o número de dias por ano trabalhado a considerar para a compensação em caso de cessação dos contratos a termo, na realidade piora a situação dos trabalhadores, pois reduz a compensação a zero caso o contrato tenha uma cláusula dita de “irrenovabilidade” — incentivando, portanto, o patronato a introduzir sistematicamente tal cláusula nos futuros contratos a prazo.

12 Apenas a unidade e a luta colectiva geral dos trabalhadores poderá impor uma agenda de trabalho digna, oposta à agenda, digna do patronato, que o governo propõe.

É todo um programa de luta, que coloca a necessidade de construir novas alianças sociais na luta, erguendo a alternativa laboral, social e política que adquira a dimensão mais ampla para podermos aspirar a novas vitórias.

situação laboral

A PERDA SALARIAL EM PORTUGAL



A direcção da CGTP convocou uma manifestação Nacional no passado dia sete de Julho, a encerrar um "ciclo de acções" em todo o país.

Exigia-se: aumento de 90€ no salário de todos os trabalhadores; salário mínimo nacional em 850€; 35h para todos, sem redução de salário; erradicar a precariedade; revogar as normas gravosas da legislação laboral; e defender a contratação colectiva com direitos.

Na sua intervenção, Isabel Camarinha disse que *"Estamos em luta porque não aceitamos o aprofundamento deste modelo que tira ao trabalho para dar ao capital, que agrava as desigualdades, que amarra o país às opções políticas da maioria PS e dos partidos da política de direita, da União Europeia e dos interesses instalados dos mais ricos e poderosos"*.

Grande verdade: é preciso exigir um aumento geral dos salários – um aumento significativo.

Olhemos de perto. Em 2017, um título do *Jornal Económico* referia que *"há 50 anos que os salários não eram tão baixos e o FMI sabe de quem é a culpa"* (*Jornal Económico*, 10 de Abril de 2017).

Era então presidente do FMI uma certa sr^a Christine Lagarde. O jornal indicava que *"a globalização e a tecnologia conduziram-nos a uma redução progressiva dos salários que se encontram em mínimos de cinquenta anos, de acordo com um estudo do FMI."* É a linguagem dum jornal capitalista. Cada trabalhador sabe que quem fixa os salários não é nem a "globalização" nem a "tecnologia": é o seu patrão. Mas adiante.

Recue-se até um pouco mais: em 2014, um estudo do *Expresso* calculava a evolução do valor real do salário mínimo desde a sua criação em Portugal em 1974, logo a seguir ao derrube da ditadura. Conclusão: depois da sua criação, durante mais de trinta anos, o valor real (portanto, limpo da inflação) do salário mínimo baixou quase sempre em relação a esse primeiro de 1974. Mais: o salário mínimo real só voltou a atingir o valor de 1974 em 2018 – 44 anos depois!

Não foi um fenómeno exclusivamente português. O FMI dizia abertamente, nessa altura, que *"nas economias avançadas, a quota-parte do rendimento do trabalho começou a apontar à descida nos anos oitenta, atingindo o nível mais baixo do último meio século logo antes da crise financeira global de 2008–09, não tendo desde então tido qualquer recuperação sensível"* (capítulo III do *IMF World Economic Outlook* de 2017).

Ou seja: **quem trabalha está hoje com ordenados mais baixos, em comparação com os lucros, do que no tempo do fascismo!**

A mesma personalidade, Christine Lagarde, que agora reencarnou em chefe do Banco Central Europeu, veio dizer, na reunião do BCE de Sintra, a 27 de Junho de 2022: *"Os sindicatos e os empregadores devem garantir que os salários negociados para 2023 não acompanham a inflação deste ano de modo a evitar os chamados "efeitos de segunda ordem" sobre os preços"* (Dinheiro Vivo, 27 de Junho de 2022). Secundava, assim, o "socialista" Centeno, ex-ministro de Costa, agora no Banco de Portugal, sempre serviçal à UE (não fosse prestável aos dignatários do BCE, perderia quiçá a oportunidade de um dia estar no seu seio).

Segundo a mesma notícia, *"Em maio, a inflação da zona euro superou os 8%, em Portugal, idem. Para o conjunto do ano 2022, o BCE prevê que os preços médios do consumidor na zona euro possam chegar a 6,8% (8,7% em Portugal), muito acima da meta de médio prazo de 2%."*

O índice de preços no consumidor aumentou, em média, segundo o INE, 2,6% ao ano entre 2017 e 2021: 11% no total.

Têm mais que razão os sindicatos em exigir um aumento geral de salários de 90 € e das pensões, e exigir todos os direitos retirados pelos sucessivos governos, que permitem ao patronato e multinacionais uma exploração sem fim dos trabalhadores portugueses.

Porém, uma pergunta aflora à mente dos milhões de trabalhadores afectados por esta exploração indecente: se milhões levam para casa um salário mínimo que não serve para viver e mal serve para morrer; se milhões são condenados a perder poder de compra e a condenar os seus filhos a uma vida pior do que a deles; se milhões se vêem sem consultas e cuidados e o serviço nacional de saúde a ser trinchado entre os grandes grupos da saúde privada; se milhões vêem os filhos sem professores – porquê, então, todos esses milhões, que sofrem juntos e em simultâneo as malvadezes sem limites do patronato, da UE e do seu governo, porquê não entrarem todos eles, juntos e em simultâneo, em luta e em greve até as suas reivindicações elementares serem atendidas?

A essa pergunta devem os dirigentes da CGTP e da UGT uma resposta urgente a todos os trabalhadores!

Luta de classes

É preciso:
Quebrar o isolamento
Organizar a acção unida

Um relance sobre as lutas em curso só neste mês de Julho mostra uma resistência importante dos trabalhadores: lutas de empresas e sectoriais. Mesmo no início de Agosto, vários sectores dos transportes, rodoviária de Lisboa, por exemplo, mas também os trabalhadores dos registos e notariado, fazem greve. Cai por terra o badalado argumento da desmobilização dos trabalhadores.

Falta, isso sim, transformar estas lutas num processo mais geral de mobilização para a unidade com todos os sindicatos (CGTP, UGT, independentes, etc.) e com as CTs em todos os outros sectores, a nível nacional, integrando funcionários públicos (dos ministérios e autarquias), professores, a TAP, EDP, Meo/Altis, etc. Essa é a resposta que urge. A plataforma do movimento **Solidários** defende: "Trabalhadores atacados não podem ficar isolados". Trata-se de ajudar na prática a dar corpo a essa resistência, ajudando a organizá-la, com todos, sem exclusões.

Sim, a CGTP fez acções durante um mês em todo o país, que culminaram numa manifestação em Lisboa no dia 7 de Julho.

Mas ocorre perguntar: tem dado frutos esta maneira, limitada a "jornadas de luta" e manifestações em que se mobilizam delegados sindicais, mas sem verdadeira coordenação das lutas e greves, sem organização de um movimento grevista poderoso e coordenado, que ponha o patronato e o governo em sentido?

As direcções concentram o essencial do esforço nas decisões e foros parlamentares e institucionais, na concertação social/patronal. Urge, porém, construir outra forma de oposição, unitária, com todos os sindicatos, para conseguir as reivindicações comuns a todos: revogação das leis da Troika, aumento geral de salários e pensões, 35 horas.

Transportes em luta



Os transportes são um sector onde as lutas são constantes.

Em Julho, a CP teve novas greves ao trabalho extraordinário.

A Federação dos Trabalhadores dos Transportes e Comunicação disse que "o motivo continua a ser o mesmo: aumentos salariais. Os trabalhadores da CP exigem a integração dos trabalhadores a prazo nos quadros da empresa".

"Aqueles que nós transportamos, sabemos que são da mesma condição social que nós e tentamos procurar não prejudicar quem vem trabalhar", afirmou o dirigente do Sindicato Ferroviário da Revisão Comercial Itinerante (SFRCI), Luís Bravo, em declarações à Lusa. Em causa está, de acordo com o sindicalista, o facto de os trabalhadores terem os ordenados congelados há mais de 10 anos...

Também os trabalhadores da Transtejo e Soflusa levaram a cabo um novo ciclo de greves por aumentos salariais durante este mês.

EDP: Trabalhar para o 0?

Os sindicatos rejeitam o processo de "avaliação zero" (um processo de avaliação de desempenho que obriga a que, pelo menos, 5% dos trabalhadores das empresas do Grupo EDP tenham nota negativa e que 55% sejam obrigados a ficar com «desempenho adequado»), discriminando os trabalhadores, para impedir melhorias salariais.

No entanto, a EDP obteve 657 milhões de euros de lucros em 2021 (*Jornal de Negócios*, 17 de Fevereiro de 2022).

A empresa levanta obstáculos, porque se os trabalhadores obtêm melhorias, diminuem os lucros. É a luta de classes. Não pense a direcção da empresa que tem "faca/pão e o queijo na mão". Os trabalhadores estão lá e podem fazer valer os seus interesses, contrários ao dos acionistas!

Nós, d'O Trabalho, saudamos o SIMMPER (Sindicato Independente dos Motoristas de Matérias Perigosas) pelo lançamento do seu boletim.

Força, camaradas!



Trabalhadores do município de Lisboa reivindicam aumentos salariais



Os trabalhadores concentraram-se esta quarta-feira, 27 de Julho, na Praça do Município reivindicando aumentos salariais nas empresas municipais Gebalis, EGEAC e SRU.

"Tendo em conta as reivindicações dos cerca de mil trabalhadores destas empresas, o impasse em que se encontram as negociações no âmbito dos acordos de empresa, fruto de políticas salariais inamovíveis e de adiamentos sucessivos das decisões por parte dos gestores públicos, resolveu-se chamar à responsabilidade o único acionista: a Câmara de Lisboa", apontou o STML, num comunicado conjunto com o Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local (STAL).

Víctor Reis, dirigente do STML, dirigiu-se ao executivo municipal em nome dos trabalhadores das três empresas, referindo, entre outros problemas, a indisponibilidade das respectivas administrações para negociar os acordos de empresa e/ou aumentos salariais para 2022.

Trabalhadores da indústria das conservas em greve



Os trabalhadores da indústria das conservas estiveram esta quarta-feira, 27 de Julho, em greve contra os "salários muito baixos" pagos no sector e a "desregulamentação" dos horários de trabalho, promovendo concentrações de protesto na Figueira da Foz, em Peniche e em Matosinhos.

Segundo a FESAHT "o setor da indústria das conservas vive uma boa situação económica", precisando que, "em 2020, a indústria nacional produziu 72 mil toneladas, mais 11 mil toneladas do que em 2019, tendo gerado 365 milhões de euros, mais 40 milhões do que ano anterior".

"Houve um aumento de 16% na procura de conservas nacionais, assim como 14% no volume de vendas e 20% em valor", e "a expectativa da indústria é que a tendência de crescimento da procura continue a ser acima dos dois dígitos, tanto a nível interno como externo".

"A ANICP quer alterar as regras dos horários de trabalho para poder obrigar os trabalhadores a trabalhar durante o horário noturno", acusa, garantindo que estes "não aceitam a desregulamentação dos horários" porque "não querem passar a ser máquinas na mão do patrão, para ligar e desligar quando lhe der jeito e tendo como único objetivo o aumento do lucro".

internacional

Guerra na Ucrânia:
Oligarquias e NATO contra a Democracia

Se na Rússia o regime de Putin reprime e aprisiona todos os opositores da guerra, na Ucrânia o governo Zelensky – saudado como o campeão da “democracia” pela OTAN e pelos governos imperialistas da Europa e dos Estados Unidos – não age de outra forma.

De facto, assim como o regime de Putin na Rússia procura usar a guerra para tentar suprimir qualquer expressão de luta de classes, o governo de Zelensky usa a agressão russa para forçar todos os contra-ataques, reformas antitrabalhistas que ele não conseguiu impor antes aos trabalhadores ucranianos.

Porque se o regime ucraniano é, tanto quanto o de Putin na Rússia, o representante político dos oligarcas mafiosos que saqueiam as ex-repúblicas soviéticas há trinta anos, usando os mesmos métodos mafiosos e autoritários, diferença, se a há, está no grau de subordinação ao imperialismo norte-americano.

Na Rússia, reprimem-se as liberdades democráticas e os direitos dos trabalhadores, enquanto...

Na Rússia, as manifestações anti-guerra das primeiras duas semanas após o início da invasão da Ucrânia deram origem a uma vaga de repressão e censura como não se assistia desde o fim da União Soviética:

- Apenas nestas duas semanas terão sido efectuadas cerca de 20 000 detenções.
- Logo a 28 de Fevereiro o supremo tribunal russo confirmou a dissolução da maior ONG russa de defesa dos direitos do homem (*Memorial*).
- Assistiu-se ao encerramento dos principais órgãos de informação independentes, como a televisão *Dojd*, o jornal *Novaia Gazeta* e a rádio *Eco de Moscovo* – já anteriormente sujeitos a grande pressão por parte do poder e constantemente perseguidos.
- Desde 24 de Fevereiro têm sido votadas leis que reprimem qualquer crítica ao poder e condiciona mesmo o modo de expressão, chegando a banir o uso de algumas palavras (guerra, por exemplo) e a punir com até 15 anos de prisão a divulgação de “informações falsas sobre o exército russo”.
- Muitos opositores ao regime exilaram-se e os que ficaram são assediados e regularmente presos - muitos deles consideram os níveis de repressão actuais comparáveis aos dos tempos da URSS, com a diferença de que agora são quase incentivados a deixar o país, ao contrário do que então acontecia.

Ainda que a “*operação especial*” não se tenha tornado popular na Rússia, esta vaga de repressão, conjugada com uma bem orquestrada campanha de desinformação (que inclui, por exemplo, a ocultação do número de baixas do exército russo), terá reduzido os protestos a acções individuais ou pouco



“Ainda precisam desta guerra?”, escreve num papel o vereador de Moscovo Alexei Gorinov, ao ser lida em tribunal a sua condenação a sete anos de prisão.

mais e, na maior parte, de carácter apenas simbólico, não deixando por isso os seus autores de sofrer as consequências respectivas – detenções, multas e, em alguns casos, mesmo prisão.

Das estimadas 60 000 prisões de opositores ao regime nos últimos 10 anos cerca de 15 000 terão sido efectuadas já este ano.

Já na frente social não existe censura que possa impedir os trabalhadores russos de constatarem o agravamento das suas condições de vida pela inflação- desde o início da guerra verificou-se um aumento de 30% a 50% nos preços dos produtos alimentares e de primeira necessidade (atingindo mesmo os 70% em alguns casos, por exemplo kefir e detergentes em pó) -, enquanto os salários não se alteram, a não ser em sentido inverso nos casos de desemprego resultante das sanções económicas impostas pelo “Ocidente”.

Todas as fábricas do sector automóvel encontram-se paradas, total ou parcialmente. Por agora os trabalhadores continuam a

(continua na página seguinte)

...na Ucrânia, se reprimem as liberdades democráticas e os direitos dos trabalhadores...

Em 19 de Julho, a SBU (a polícia política ucraniana) realizou uma busca na casa do famoso activista de direitos humanos ucraniano, Volodimir Cheremis. A busca foi acompanhada de espancamentos e insultos. Em nome do nº 2 do artigo 436 do Código Penal, que pune “*culpados de negação da agressão armada da Federação Russa contra a Ucrânia*”, Cheremis arrisca julgamento e sujeita-se a oito anos de prisão. Quem é Volodimir Cheremis? Um agente de Putin? Não. Homem “respeitável”, contribuiu para a redacção da Constituição da Ucrânia em 1992. Foi um dos fundadores, em 2000-2001, da coligação “*Ucrânia sem Kuchma*” (o ex-presidente pró-Rússia, deposto em 2004). O seu “crime”: hospedar um canal de informação independente, no canal Telegram, sobre a repressão contra activistas trabalhistas e de esquerda. Só que Cheremis está longe de ser a primeira vítima da repressão do governo Zelensky.

Em 24 de Fevereiro, dia da agressão militar russa contra a Ucrânia, Zelensky decretou a lei marcial (que confia às autoridades militares a tarefa de “*repressão de distúrbios internos*” e alarga os poderes dos serviços especiais, incluindo os da SBU- que, como o FSB russo, é o herdeiro directo da KGB). No final de Março, banuiu/ilegalizou onze organizações políticas (uma das quais um partido com 25 lugares no parlamento), todas acusadas de serem “*pró-Rússia*”, o que está longe de ser o caso de todas.

Está a ser reunido um “*registo de colaboradores*” e decorre uma feroz caça aos “*traidores que ajudam as tropas russas*” cujos contornos são tudo menos claros. Sendo a população ucraniana reconhecidamente heterogénea nas suas origens e opções de nacionalidade (sobretudo no leste do país), existem fortes dúvidas relativamente às detenções ao abrigo das leis anticollaboração (rapidamente aprovadas pelo parlamento ucraniano e sancionadas por Zelensky após a invasão russa). As detenções são muitas vezes baseadas na denúncia (à qual o governo apela), muitas por “*delito de opinião*” (nem todos os ucranianos se opõem à invasão). Volodymyr Yavorsky, coordenador do Centro de Liberdades Civis, um dos maiores grupos de defesa de direitos humanos na Ucrânia, afirma ter conhecimento de numerosas prisões de ativistas pró-Rússia só em Kiev.

Na Ucrânia, uma pessoa pode ficar presa por até 30 dias sem mandado judicial e a legislação antiterrorismo na vigência da lei marcial permite que as autoridades não informem os advogados de defesa da prisão preventiva dos seus clientes. “*Essas pessoas desaparecem de facto, e por 30 dias, não se tem acesso a elas*”, de acordo com Yavorsky: “*Na realidade, (a polícia) tem poder para prender qualquer pessoa.*”

Na frente da luta de classes, o governo de Zelensky usa a agressão russa para forçar todas as reformas anti operárias que não conseguiu impor antes aos trabalhadores ucranianos. Em 15 de março, fez com que a Rada Suprema (Parlamento) adotasse a Lei nº 7.160, a “*reforma*” do Código do Trabalho que não tinha conseguido impor em tempos de paz.

Suspensão de acordos coletivos, transferências forçadas, redução do descanso semanal, atentado aos direitos das

(continua na página seguinte)

(continuação da página anterior)

receber o seu salário ou um subsídio de desemprego técnico, mas não é previsível que tal se mantenha indefinidamente. Muitos procuram já ou conseguiram um trabalho alternativo; outros partiram para a província onde podem encontrar alojamento mais acessível.

Esta situação alarga-se a outros sectores da indústria, por falta de componentes que eram importados de países que acompanham as sanções impostas à Rússia.

Aumentam também os casos de empresas em que os salários deixaram de ser pagos ou estão a ser pagos com atrasos variáveis.

Embora, com a instauração de um regime próximo da lei marcial em final de Fevereiro, o número de greves e outras lutas operárias tenha diminuído, assiste-se, desde o princípio de Junho, ao seu recrudescimento, sendo de citar a importante greve e manifestação dos mineiros de uma empresa de Krasnoïarsk, Sibéria.

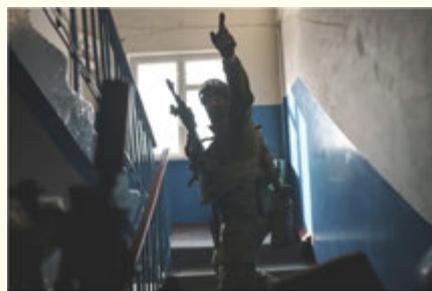
O dirigente do sindicato dos estafetas Kiril Ukrainsev, por exemplo, foi preso pelas suas actividades sindicais e grevistas. Está em curso uma campanha internacional pela sua libertação.

Há duas semanas, quando se soube que o governo ucraniano, com armas fornecidas pela NATO, tinha bombardeado a cidade fronteiriça russa de Belgorod, o rapper russo Noize MC, dela natural, declarou num concerto: “A minha querida cidade natal, Belgorod, foi bombardeada. Querem saber o que eu senti? O mesmo que quando Kiev, Kharkov e Mariupol foram bombardeadas (...) A guerra é repelente e monstruosa. O seu rosto é horrendo, acabemos com ela.” De imediato um coro de centenas de jovens do público entoou a palavra de ordem “Não à guerra!”.

Mesmo no exército os sintomas de descontentamento começam a surgir, com oposição de trabalhadores à sua incorporação nas regiões de Donbass e Lougansk ou com a recusa de renovar o contrato por parte de uma percentagem significativa dos mobilizados na primeira fase da guerra.

(continuação da página anterior)

mulheres trabalhadoras e, claro, às prerrogativas dos sindicatos estão no centro da “reforma”. Em 20 de julho, a Rada voltou a adotar uma nova “reforma trabalhista”, que permite que qualquer empresa com menos de 250 funcionários (ou seja, a maioria das empresas) imponha contratos de trabalho individuais com cada funcionário, inclusive no que diz respeito às condições de despedimento (como já noticiado no nº 24 d’“O Trabalho”).



Militares do Serviço de Segurança da Ucrânia (SBU) entram num prédio durante uma operação para prender supostos colaboradores russos, em Kharkiv.

A confederação sindical KSP considera estas medidas como um ataque às convenções da Organização Internacional do Trabalho ratificadas pela Ucrânia. Na continuidade de todas as violações do Código do Trabalho da era soviética, ocorridas desde o início dos anos 2000 em nome da “dessoietização”, o projeto de lei nº 5371 foi elaborado por uma comissão presidida pelo ex-presidente georgiano (agora um cidadão ucraniano) Mikhail Saakashvili e que reúne representantes dos empregadores e da agência governamental americana USAID.

Assim, falando das contrarreformas anti operárias, Zelensky declarou orgulhosamente, poucos meses antes da guerra: “Todos me disseram isso – os europeus, o FMI, o BERD (Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento, responsável pelas privatizações na Europa Oriental), o mundo da banca... – todos estão muito contentes e até me dizem: vamos desacelerar um pouco” (citado por Olga Baysha no seu livro *Democracy, Populism and Neoliberalism in Ukraine*, Dezembro de 2021).

cimeira da NATO

A MILITARIZAÇÃO DO MUNDO

No seu número de Junho deste ano, a seriíssima revista americana de relações internacionais *Foreign Affairs* regista que as potências que, com os Estados Unidos, são membros da NATO (ou OTAN, Organização do Tratado do Atlântico Norte) ou com a NATO alinham – na realidade, os grandes países imperialistas – concentram, em conjunto, 60% da riqueza produzida no mundo. Mas o que mais do que tudo lhe apraz verificar é que essas potências controlam, só por si, 83% das despesas militares mundiais. Uma escolha que ilustra aquilo que se pode definir como a militarização do mundo. O critério decisivo da potência consiste, assim, na capacidade de pôr em uso os meios de destruição mais letais: o “poder de fogo”.

A recente cimeira da NATO, realizada em Madrid de 28 a 30 de Junho, colocou-se neste contexto. Os vários representantes da ordem capitalista mundial rejubilaram com o novo grau de “NATificação” da Europa, atingido graças à agressão de Putin contra a Ucrânia. A União Europeia passa tendencialmente a ser o braço económico e diplomático da coligação militar às ordens de Washington. É óbvio que a ambição da coligação ultrapassa em muito o continente que a viu nascer. Pode parecer absurdo, no ponto de vista geográfico, que o “Atlântico Norte”, a aliança militar constituída contra a URSS em 1949 com o objectivo declarado de “defender a Europa”, queira hoje unir sob o seu estandarte os Estados da Ásia para opô-los à China em todo os domínios, inclusive no terreno militar.

Isso mesmo dizem, sem rodeios, as declarações oficiais da NATO a seguir à cimeira de Madrid, anunciando um “novo conceito estratégico”: a NATO, considerando a guerra agora deflagrada na



Ucrânia, passa a integrar o “desafio” representado pela China. Ninguém ignora a multiplicação e imbricação de siglas de coligações diversas e tratados variados que, sob a égide dos Estados Unidos, vêm associando vários governos do continente asiático ao cerco político, económico e militar da China. A sigla mais recente, o QUAD, reúne Estados Unidos, Grã-Bretanha, Austrália e Índia.

Os primeiros-ministros do Japão e da Coreia do Sul participaram, nesta ordem de ideias, na cimeira da NATO. Kishida, o primeiro-ministro do Japão, venceu a necessidade de promover a ideia de que a “segurança na Europa e no Indopacífico são indissociáveis”. Não que os planos de alargamento da NATO sejam meras formalidades: mas a ideia é juntar todas as forças de defesa da ordem mundial actual num mesmo quadro, o quadro de uma aliança militar directamente dominada por Washington, a fim de, se for o caso, impor pela força e, portanto, pela guerra a preservação dessa ordem.

Lutar pela paz entre os povos, lutar contra os fautores de guerra, implica pois, necessariamente, lutar contra a NATO, à escala mundial como à escala de cada país.

Um governo, seja de que país for, que queira realmente empenhar-se na defesa dos interesses da população trabalhadora terá que fazer da ruptura com a NATO uma prioridade da sua política externa.

E uma organização que combata por um tal governo não pode deixar de incluir nas suas reivindicações imediatas a ruptura com a NATO.

Traduzido e adaptado de artigo de François Forgeue no nº 349 de *La Tribune des Travailleurs*, órgão do POID de França.

sri lanka

Apelo internacional de apoio ao povo do Sri Lanka

O apelo abaixo foi lançado por militantes, trabalhadores, estudantes, intelectuais, artistas, internacionalistas, obrigados a viver em França e em vários outros países do mundo por causa das condições económicas, sociais e políticas vigentes no Sri Lanka. Teve, entretanto, o apoio de militantes operários, camponeses e intelectuais do Sri Lanka e de trabalhadores e militantes de todo o mundo.

Saudamos a primeira vitória conseguida pelo povo no país.

Saudamos as greves gerais (hartal) de 28 de Abril e 9 de Maio convocadas por todas as organizações sindicais.

Saudamos a mobilização do povo no dia 9 de Julho, em Colombo, que, na unidade de cingaleses, tameses, muçulmanos e de todas as confissões e etnias, pôs em fuga o presidente e obrigou o primeiro-ministro a demitir-se.

O povo revoltou-se porque já não podia mais, porque quer poder comer, ter acesso à electricidade, a medicamentos, a gasolina.

Ouvimos, nas manifestações, as palavras de ordem: *“Setenta e quatro anos, já chega!”*, *“Basta de divisão!”*, *“Poder para o povo!”*.

O povo tem razão. O presidente foi-se embora. Que todas as instituições de que ele era o centro desapareçam com ele.

O presidente interino não tem mandato para chamar o exército para reprimir o povo. Condenamos firmemente as suas declarações a chamar aos manifestantes fascistas. Ele que se cuide: se tentarem reprimir o povo num banho de sangue, haverá mobilizações de massa em todas as capitais do mundo até à vitória do povo do Sri Lanka.

Amnistiemos todos os presos políticos, reintegrem, com todas as indemnizações, as forças da ordem e militares que se recusaram a disparar sobre o povo.

Há setenta e quatro anos, a Constituição era a questão na ordem do dia. Hoje é-o de novo. O povo foi capaz de correr com os corruptos do poder, também é capaz de dirigir o país.

Razão tem a mulher que, chorando a perda do marido, teve de esperar mais de 24 horas na fila de uma bomba de gasolina: *“Não fui eu nem o meu marido quem contraiu esta dívida, mas foi o meu marido quem a pagou com a vida. Quem contraiu a dívida foram todos estes regimes que se têm sucedido, são eles os responsáveis pela morte do meu marido.”*

A dívida contraída pelos corruptos não é dívida do povo. Solenemente avisamos: cabe ao povo do Sri Lanka determinar livremente o seu futuro.

Não é aos dirigentes dos Estados Unidos da América ou de outra potência estrangeira que compete decidir do futuro do povo do Sri Lanka. Não é a Biden que compete dizer ao governo do Sri Lanka o que ele há-de fazer para “restaurar a estabilidade económica”.

O FMI não tem nada que ditar programas económicos e privatizações no Sri Lanka.

Avisamos: é melhor não tentarem dividir este povo vitorioso, criando conflitos e montando provocações.

**Ficaremos ao lado do povo do Sri Lanka;
ele saberá encontrar livremente o seu caminho.**

Não à repressão! Não às ingerências externas!

**Sim ao direito do povo do Sri Lanka
a determinar livremente o seu destino!**

**Iniciadores do apelo:**

SAMARASINGHE Chula (professor aposentado); MUDUNKOTUWAGE Saman; MEDINA Horacio (Chile); RAJAPAKSHA Supun (estudante de ciências); MANIKBOWE Nihal (militar na reforma). Outros signatários do Sri Lanka: AYALATH Dasantha, antigo secretário adjunto da secção Ansell lanka do sindicato dos empregados das zonas económicas especiais e dos serviços (FTZGSEU); JAYATHISSA Kamal (antigo vice-presidente da secção Ansell lanka da FTZGSEU); JAYAWICKRAMA K. (antigo membro da direcção da secção Ansell lanka da FTZGSEU); KALUARACHCHI Athula Kamal (antigo presidente da secção Ansell lanka da FTZGSEU); KALUARACHCHI Vipula (antigo secretário da secção Ansell lanka da FTZGSEU); KANAPATHI S. (antigo membro da direcção da secção Ansell lanka da FTZGSEU); M. NASAR (antigo membro da secção da Ansell lanka da FTZGSEU); PRIYANTHA Ajith (antigo membro da direcção da secção Ansell lanka da FTZGSEU); ROHITHA DE SILVAJANAKA (antigo membro da direcção da secção Ansell lanka da FTZGSEU); ROSHAN Chandana (antigo responsável de organização da secção Ansell lanka da FTZGSEU); SANTHA KUMAR Mudalige (antigo responsável do comité executivo da direcção da secção Ansell lanka de la FTZGSEU). Assinaram ainda largas dezenas de militantes, oriundos do Sri Lanka ou não, residentes em França, Bangladeche, Grã-Bretanha, Índia, Paquistão e Estados Unidos.

SUBSCREVE O APELO

Envia um e-mail com o seguinte texto:

[Associo-me publicamente ao apelo internacional de apoio ao povo do Sri Lanka](#)
Apelido:

Nome:

Na qualidade de:

Contacto:

para:

solidaritysrilankajuly2022@gmail.com

BOLETIM O Trabalho

Publicado pelo grupo “A Internacional”

Página web: <http://ainternacional.pt>

Responsável: José Júlio Santana Henriques

e-mail: jose.santanah@gmail.com